



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 8/2013

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO
DE 2013: -----**

----- Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Mira, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária. -----

----- Estiveram, igualmente, presentes os Membros da Assembleia Ex.^{mos} Srs. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Sr. Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Dr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, Sr. João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio, Prof.^a Zélia Domingues Morais, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz e Sr. Gabriel Miranda de Pinho.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezoito horas e quinze minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início aos trabalhos começando por referir que as listas a apresentar, embora tivessem que ser votadas, em termos individuais, seriam listas de consenso. Feita aquela observação, determinou que se passasse à Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **PONTO UM: Designação, nos termos previstos na alínea b), do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, do representante da Assembleia Municipal de Mira no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego.** -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** apresentou como representante da Assembleia Municipal de Mira no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego o Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio. -----

----- Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO DOIS: Eleição, nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** apresentou a lista dos representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, composta pelos seguintes elementos: Sr. Pedro Nunes, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego e, como suplente, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador. -----

----- Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO TRÊS: Nomeação de 4 elementos para integrar a comissão na sua modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, nos termos da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.**-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** indicou, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, na sua modalidade alargada, os seguintes elementos: Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho e Prof.ª Zélia Domingues Moraes. -----

----- Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO QUATRO: Designação do representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Mira na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios,**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos termos da alínea b) do artigo 5.º, do Regimento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, aditado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs como representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Mira na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios o Sr. Carlos Aberto Pessoa Mendes da Costa, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Mira.-----

----- Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido **aprovado por unanimidade.**-----

----- **PONTO CINCO: Designação do substituto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação de Mira, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do respetivo Regimento.**-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** designou como seu substituto no Conselho Municipal de Educação de Mira o Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mira.-----

----- **PONTO SEIS: Eleição de um representante das Juntas de Freguesia do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Mira, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 3.º do respetivo Regimento.**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs, como representante das Juntas de Freguesia do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Mira, o Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo.-----

----- Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **PONTO SETE: Tomada de conhecimento da alteração das competências da Unidade de Gestão Urbanística – UGU, no âmbito da Veterinária e Saúde Pública, previstas nas alíneas a) a w) inclusive, do n.º 4 do artigo 25.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira.**-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Executivo para que pudesse proceder à explicação que entendesse por necessária.-----

----- Começou o Sr. **Presidente da Câmara** por cumprimentar todos os presentes e por partilhar alguns considerandos, lembrando que aquela era a segunda sessão da Assembleia, com os seus novos eleitos, mas a primeira de trabalho efetivo. Mas disse que se iniciava um novo ciclo, em que todos conheciam os resultados eleitorais, a forma e a composição daquela Assembleia.-----

----- Continuou, expressando a esperança de que houvesse entendimento, massa crítica e espírito de colaboração, para que todos pudessem contribuir para o bem do Concelho, cada um exercendo as suas competências. Mais lembrou que aquele era um órgão de fiscalização, pelo que se impunha que fiscalizassem o trabalho do Executivo, aquilo que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faziam e pretendiam fazer, para que daquela forma contribuíssem para o desenvolvimento e bem-estar do Concelho. -----

----- Terminou a primeira parte da sua intervenção fazendo votos de que aquele fosse um mandato marcado pela prosperidade. -----

----- Quanto ao ponto em discussão, esclareceu que aquela era uma proposta que já vinha do anterior Executivo, datada de 26 de setembro de 2013, em que tinha sido contratado um Veterinário e, por questões operacionais, de agilizar os serviços, entendeu-se afetar as suas competências à Divisão de Proteção Civil, Planeamento e Ordenamento do Ambiente (DPCPOA). Mais informou que aquela alteração consistia na alteração das competência no âmbito da Veterinária e Saúde Pública, previstas nas alíneas a) a w) inclusive, do n.º 4 do artigo 25.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Mira, inicialmente afetas à UGU, passando, por razões de eficácia operacional, para a DPCPOA. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma ronda de intervenções, pelo que, ouvidas as bancadas, todos se mostraram esclarecidos quanto ao assunto, não registando necessidade de mais esclarecimentos. -----

----- **PONTO OITO: Autorização para prosseguir o procedimento concursal de recrutamento excecional de trabalhadores, tendente ao preenchimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de um Assistente Operacional,**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na área de atividade de eletricista, nos termos do n.º 3 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que pudesse proceder à explicação que entendesse por necessária.-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que também aquele procedimento concursal tinha sido iniciado pelo anterior Executivo, com autorização da Assembleia Municipal. Por razões de várias ordens o procedimento estava ainda a decorrer e, dado o hiato de tempo entre a sua abertura e a fase em que se encontrava, havia necessidade de submeter novamente o assunto à apreciação daquela Assembleia, procedendo à renovação da autorização para que o mesmo pudesse prosseguir. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma ronda de intervenções. -----

----- Interveio o Prof. **Paulo Grego (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes, manifestando, da parte da bancada do PS, a intenção de votar favoravelmente aquele ponto, como aliás tinham feito no mandato anterior, aquando da abertura daquele procedimento concursal. Registou ainda com agrado a mudança do sentido de voto das restantes bancadas relativamente ao início daquele procedimento, momento em que todos tinham o considerado como “*erro crasso*”. De facto, o eletricista era um elemento necessário nos serviços, pelo que considerava aquele procedimento uma mais-valia. -----

----- Colocado o ponto à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO NOVE: Autorização para recrutamento excecional de um Assistente Operacional para apoio a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), no Jardim de Infância de Mira, a ser anexado ao contrato de execução, para o presente ano escolar e previsto no mapa de pessoal para o ano de 2013, nos termos do n.º 3 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.** -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que pudesse prestar os esclarecimentos que entendesse por necessários. ----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** começou por explicar que aquele ponto se referia à contratação de um Assistente Operacional, a pedido do Agrupamento de Escolas de Mira, que tinha comunicado ao anterior Executivo a necessidade premente daquela contratação para apoio a crianças com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente com Perturbações do Espectro do Autismo. Em reunião tida com um representante do Agrupamento de Escolas, tinha sido informado que uma criança com aquele tipo de necessidades precisava quase de uma pessoa a tempo inteiro. Havia casos referenciados na escola de Mira e o próprio Ministério da Educação, através de um Fax, recebido pelo anterior Executivo, tinha autorizado aquela contratação. -----

----- Face ao exposto, era entendimento daquele Executivo, depois de ouvido o Agrupamento de Escolas, que se tornava imprescindível assegurar aquela contratação para a prestação do serviço público, numa área particularmente sensível, levando o assunto a reunião de Câmara e posteriormente àquela Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma nova ronda de intervenções.-----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** manifestando a sua concordância com aquela contratação para apoio a crianças, em especial para crianças com necessidades especiais, em que todo o apoio nunca seria muito. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes, desejando que, por parte do Partido Socialista, a interação entre o Executivo e aquela Assembleia fosse produtora e decorresse de acordo com os elevados padrões de civismo e de construção de um futuro melhor para Mira. -----

----- Quanto ao assunto em discussão, informou que o número de alunos tinha baixado de 728 para 721, registando-se ainda um decréscimo de quatro turmas, de 43 para 39. ---

----- Face ao exposto questionou, se anteriormente estava atribuído um Assistente Operacional por turma, ao contrário de outros agrupamentos e da lei que definia um Assistente Operacional por 3 turmas, não percebia de onde vinha a pressa para fazer um contrato nos termos em que aquele estava a ser apresentado. Até porque poderia ser feito noutros moldes, quer recorrendo a um POC, trabalho temporário ou outras modalidades. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** saudando todos os presentes e manifestando a sua sensibilidade para o assunto, dado a sua esposa ser Professora de Educação Especial. Mais informou ter conhecimento de que Mira tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma resposta social e capacidade técnica para receber aquele tipo de alunos, o que não havia nos concelhos vizinhos. Algumas daquelas crianças que frequentavam a escola em Mira, vinham de concelhos vizinhos, em especial de Cantanhede e Vagos e até Oliveira do Bairro.-----

----- No caso em concreto, disse discordar do colega do PS, dizendo que aquela realidade não se media por rácios, que eram situações muito particulares e que cada aluno era único. Um aluno com Perturbações do Espectro do Autismo tinha necessidade de uma pessoa permanentemente com ele, e muitas vezes só uma pessoa não chegava, dependendo do tipo de atividade em que estivesse a participar. -----

----- Mais acrescentou que tinha conhecimento de haver resposta do mesmo género na Tocha, mas a qualidade não era igual à que existia em Mira, pelo que havia uma preferência por aquele último concelho.-----

----- Mais referiu que aqueles casos tinham que ser apoiados, e poderiam mesmo criar uma rede social de apoio àquele tipo de situações.-----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, concordando com a intervenção anterior. Mais disse que conhecia aquela realidade, nomeadamente uma criança que frequenta a escola dos Carapelhos, dizendo que só aquela criança dava muito que fazer. Reconheceu que aquela criança necessitava, de facto, de muito mais atenção e cuidados do que outras crianças ditas normais. Logo, se entendiam que havia necessidade de mais um funcionário, dava o seu aval para que fosse contratado.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Eng.º **Calisto Coquim (PS)**, solicitando um esclarecimento para que pudesse votar convenientemente, nomeadamente quanto ao número de alunos com Necessidades Educativas Especiais no ano anterior e no ano em curso. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que as intervenções, tal como se encontrava definido no Regimento daquele órgão, deviam ser feitas de outra forma. Mais disse que ia passar a palavra ao Executivo para responder à primeira ronda de perguntas e de seguida iria passar novamente aos grupos da Assembleia. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** começou por responder ao Prof. Doutor Fernando Regateiro, dizendo que tinha que ver a questão, numa primeira perspetiva, pelas funções específicas que estavam em causa e avaliar aquelas funções específicas. Atendendo a isso o próprio Ministério da Educação tinha autorizado e mandado que fosse anexado ao Contrato de Execução, celebrado entre o Município de Mira e aquele Ministério. Em setembro, aquele Ministério tinha feito uma avaliação, atendendo ao número de alunos naquela situação e tinha autorizado, quase de imediato, aquela contratação, tendo o Agrupamento de Escolas feito a avaliação daquela necessidade. -----

----- Mais esclareceu, tratar-se de um total de três alunos, com Perturbações do Espectro do Autismo e Trissomia 21, segundo informação do Sr. Vereador Nelson Maltez, nascidas em 2008 e 2009. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma nova ronda de perguntas, pelo que não tendo a bancada do PSD registado necessidade de intervir, passou de imediato à bancada do PS.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** esclarecendo que era evidente que, quando a bancada do Partido Socialista tinha levantado a questão, não estava a opor-se ou a procurar obstaculizar, com a sua intervenção, o que quer que fosse. Numa condição em que nenhum funcionário tinha saído, em que já existia número suficiente de funcionários no ano anterior, porque havia um por turma, em que a Autarquia cobria os excedentes de funcionários que o Ministério da Educação não pagava. -----

----- No presente ano, o que iria acontecer, muito provavelmente, era o Ministério da Educação pagar mais um funcionário e a Câmara menos um. -----

----- Naturalmente que as questões da deficiência mereciam toda a atenção e o carinho e, longe de si, não ver aquela situação ou induzir qualquer pensamento em contrário. Não era aquela a intenção da sua intervenção, mas simplesmente procurar esclarecer, na medida em que existiam regras de contenção e aplicavam-se em todo o lado, e se havia uma redução de quatro turmas e o número de funcionários se mantinha, alguma razão haveria. Era aquele esclarecimento que via como necessário. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** que insistiu em que colocar a questão em termos numéricos era um erro de base. Naquele caso a questão era pessoal, dependia do número de alunos com aquelas necessidades e não do número global de alunos da escola. Podiam até reduzir mais turmas, ou podiam ter-se mantido as turmas, as necessidades surgiam em função das pessoas e dos alunos específicos. Eram processos individuais e não globais. Naquele caso, até o próprio Ministério tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconhecido a necessidade. Portanto se havia anuência do Ministério, numa situação de grande redução de pessoal, era porque havia realmente necessidade. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que pudesse dar resposta às intervenções. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** não viu necessidade de mais esclarecimentos, pelo que a palavra foi concedida ao PS para nova intervenção. -----

----- Esclareceu o Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** que era um mal entendido. O que queria dizer é que, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, havia quatro turmas a menos, logo havia quatro funcionários mais. Simplesmente gostaria que fosse esclarecida a questão da gestão de pessoal que estava a ser feita. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários. -----

----- Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que apenas queria fazer um pequeno esclarecimento, e, tal como tinha dito o Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto, se o Ministério da Educação tinha autorizado, era porque não existiam pessoas com atribuições, com competências técnicas, para desenvolver aquele trabalho. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou novamente a palavra às bancadas para mais uma ronda de intervenções, na qual o PSD não viu necessidade de intervir, pelo que passou a palavra ao PS. -----

----- Interveio o Prof. **Paulo Grego (PS)** esclarecendo que não queria que fossem rotulados de estarem contra, até porque ainda não tinham manifestado o seu sentido de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voto, fosse ele qual fosse, e muito menos contra o direito às crianças com Necessidades Educativas Especiais. O que estava em questão era o próprio formulário da questão, tendo apresentado algumas dúvidas quanto à possibilidade da Câmara poder contratar um funcionário especificamente para aquele Jardim de Infância, ou se devia contratar para o Agrupamento de Escolas e, posteriormente, a pessoa escolhida seria colocada onde houvesse necessidade, segundo o contrato de autonomia. -----

----- Mais questionou se aquele concurso seria para uma pessoa que teria alguma qualificação especial para lidar com crianças com Necessidades Educativas Especiais. --

----- Para além das questões apresentadas considerou ainda a conjuntura que envolvia aquela contratação, reiterando que não estavam em questão os direitos das crianças com Necessidades Educativas Especiais.-----

----- Mais acrescentou, que tinha havido uma alteração na legislação no que dizia respeito à presença de funcionários por sala, como seria dos conhecimento dos presentes, e o que estava previsto era a redução de alunos por sala ou por turma, e não por haver mais uma ou duas crianças ter que haver mais um ou dois funcionários. -----

----- Concluiu, resumindo, que havia uma redução do número de turmas e, de acordo com a lei, deveria existir um funcionário para quatro turmas, logo sobejavam doze funcionários. Em Mira, não era assim, porque felizmente existia um rácio de funcionários por turma e salas de Jardim de Infância invejável a todos os níveis, o que também se tinha ficado a dever a gestões anteriores.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para além disso, na autorização da DGEST era bem claro o que tinha sido autorizado e não era uma obrigação de contratar. Tinha sido autorizado que houvesse aquele concurso, mas também era referido que seria para o ano letivo em curso. Ora para o corrente ano letivo, estando quase no final do primeiro período, seria mais célere, a ter que contratar, recorrer ao trabalho temporário, como tinha sido feito para as AEC's ou para a Piscina. Em dois dias teriam o funcionário na escola. Até porque, era do conhecimento de todos, que aquele concurso não iria ficar resolvido tão depressa.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários.-----

----- Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** que, naquela situação concreta, passava a palavra ao Vereador com o Pelouro da Educação.-----

----- Interveio assim o Sr. **Vereador Nelson Maltez**, que começou por dizer que ainda era recente a sua chegada, pelo que não tinha todos os dados que, ao que parecia, outros teriam. Mas considerava que se estava a discutir com base em estatísticas, um assunto particular, onde os números teriam valor relativo. Se havia menos quatro turmas e se existia um funcionário por cada turma, se tivessem, em termos hipotéticos, menos uma turma na Praia, outra em Mira, na Lagoa e na Lentisqueira, decididamente não daria menos um funcionário. Por outro lado, não tinha sido aquele Executivo a pedir ao Ministério da Educação para que desse aquela autorização. Ela fora comunicada ao Executivo anterior e, quando o novo Executivo tomou posse, é que tinha dado com



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquela situação. Se o próprio Ministério se propunha assumir os encargos, era porque considerava necessário. -----

----- Obviamente num concurso daquele género, respondendo à questão da necessidade de formação específica, se a houvesse iria ser a pessoa recrutada, e não menos óbvio havia autonomia do Agrupamento de Escolas. Mas tinha sido o próprio Agrupamento a solicitar aquele Assistente Operacional para um Jardim de Infância específico.-----

----- A proposta poderia estar, eventualmente, mal formulada, o que admitiu, mas não havia dúvida que a pessoa a recrutar iria para o Agrupamento de Escolas com aquele objetivo. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou se havia mais alguma intervenção, tendo passado a palavra à bancada do PS.-----

----- Interveio o Dr. **João Luís Pinho (PS)** subscrevendo algumas palavras do Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto. Considerava que só quem lidava com aquelas crianças poderia saber e avaliar as dificuldades e os problemas inerentes. -----

----- Mais acrescentou, que fazia questão que as palavras do Sr. Presidente da Câmara fossem mesmo para executar, lembrando o que havia sido dito “para funções específicas, específicas atribuições”, e naquele caso, se estavam a falar de alguém que necessitava de um cuidado especial, de uma atenção superior, que houvesse também um cuidado acrescido em contratar efetivamente alguém que tivesse competências específicas. Só assim poderiam cumprir efetivamente cumprir o seu dever, que era zelar, com um cuidado especial, por aquele que também mereciam uma atenção especial. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- As questões estatísticas poderiam, por vezes, induzir em erro, mas deveria existir um cuidado exemplar na contratação de uma pessoa que tivesse uma capacidade acima da daqueles que cuidavam de situações ditas “normais”.-----

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** anuindo com as palavras do Dr. João Luís Pinho e afirmando que aquela escolha só poderia ser feita através de um concurso, e não recorrendo a trabalho temporário, em que não se sabia como era feito o recrutamento. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à votação do ponto em discussão, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com 15 votos a favor e 10 abstenções do PS.-----

----- **PONTO DEZ: Nomeação, ao abrigo do estipulado no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na atual redação, do Revisor Oficial de Contas.**-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Executivo para que pudesse proceder à explicação que entendesse por necessária. -----

----- Começou o Sr. **Presidente da Câmara** por explicar que decorria da lei a necessidade dos municípios terem um Revisor Oficial de Contas (ROC). A nova Lei das Finanças Locais, que entraria em vigor em 01 de janeiro de 2014, vinha reforçar e exigir que as Câmaras Municipais tivessem um ROC que certificassem as contas dos Municípios e das participações sociais, das empresas municipais, que não era o caso, mas era, de facto, exigida aquela contratação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entendeu o Executivo, para bem das contas municipais, que as mesmas fossem auditadas e revistas por um técnico da área e que fosse fazendo aquele acompanhamento e que fossem apresentadas naquela Assembleia Municipal a certificação e a revisão das contas do Município, por uma entidade externa.-----

----- Atendendo ao exposto o Executivo tinha aberto concurso, tendo-se seguido todo o procedimento. Nos termos da lei competia à Assembleia Municipal, por proposta do Executivo, a nomeação da empresa selecionada, nomeadamente a “Sacramento Rodrigues, SROC, L.^{da}”.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma primeira ronda de intervenções. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** para dizer que aquela proposta decorria da lei e teriam que concordar, como era óbvio. Questionou ainda de onde era a empresa selecionada, tendo-lhe sido dito que era de Lisboa. -----

----- Interveio o Prof. Doutor **Fernando Regateiro (PS)** para comentar a rapidez com que aquele processo tinha decorrido, louvando-a e estranhando, simultaneamente, até porque a nova lei apenas iria entrar em vigor em janeiro. Nessa perspetiva questionou o motivo de não enquadrar aquela contratação já de acordo com a nova lei, porque quanto a auditorias, acompanhamento de contas e rigor técnico, seria obviamente muito bem-vindo, e quanto mais auditorias houvesse, melhor. Protegia quem tinha que exercer o poder, ajudava, disciplinava e, de algum modo, permitia a correção de erros que pudessem ser cometidos involuntariamente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários.-----

----- Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** esclarecendo que, em relação à lei que iria entrar em vigor, as competências do ROC e aquilo que teria que fazer era praticamente o mesmo que com a lei vigente. -----

----- A rapidez do procedimento devia-se ao facto do Executivo entender que aquele era o momento, era o início de um mandato e que era uma boa oportunidade para começar a auditar as contas daquele Executivo, desde o início. Em janeiro, com a entrada em vigor da nova lei, estaria tudo pronto para começar a fazer a necessária auditoria e monitorização das contas do Município. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma nova ronda de intervenções, não tendo mostrado o PSD necessidade de intervir. -----

----- Interveio o Prof. **Paulo Grego (PS)** que começou por referir que não decorria da lei em vigor a necessidade do Município ter um ROC. Isso apenas se tornava obrigatório com a nova lei, porque naquela que estava em vigor apenas eram obrigadas a ter um ROC Municípios com empresas municipais ou fundações, o que não se aplicava. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que pudesse responder às questões apresentadas. -----

----- Esclareceu o Sr. **Presidente da Câmara** que se tinha expressado mal, não era obrigatório. Era entendimento daquele Executivo, para além do que decorria da lei, e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para bem da certificação e até mesmo como auxiliar, ter um técnico consultor que prestasse apoio, que ajudasse a interpretar e a corrigir trajetórias que poderiam não ser as melhores. -----

----- Quanto à contratação, em reunião de Câmara o procedimento tinha sido autorizado, tendo sido dado parecer prévio para a contratação, o procedimento tinha sido aberto e estavam em condições de o apresentar naquela sessão. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à votação do ponto em discussão, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com 15 votos a favor e 10 abstenções do PS.-----

----- **PONTO ONZE: Autorização, ao abrigo das disposições conjugadas previstas nas alíneas j) do n.º 1 do artigo 25.º e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia da Praia de Mira e Carapelhos.**-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários.-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** começando por dividir a explicação da proposta em discussão em duas partes. -----

----- Assim, começando pela Junta de Freguesia da Praia de Mira, após uma reunião com o Sr. Presidente da Junta, que fez sentir ao Executivo as dificuldades económico-financeiras daquela autarquia, nomeadamente na questão de pagamento aos funcionários



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e no próprio funcionamento da Junta, chegaram à conclusão que havia necessidade da Câmara Municipal atribuir um apoio de forma rápida. Naquela mesma reunião comprometeu-se o próprio, e em nome do Executivo, em ajudar na resolução daquele problema. Daí apresentarem a questão naquela sessão, apresentando um valor que, não sendo ainda suficiente, era o que havia disponível em orçamento para aquelas situações.

----- Mais acrescentou terem concluído que aquele valor não seria suficiente e seria necessário assegurar futuramente outro montante. -----

----- Em relação à Juntas de Freguesia dos Carapelhos, também o Sr. Presidente da Junta iniciou obras, que estavam a decorrer, para execução de passeios, tendo naquele momento dificuldades financeiras e económicas para proceder ao respetivo pagamento. Tinha sido também entendimento do Executivo, conhecida a situação e atendendo à disponibilidade financeira do Município, decidiram atribuir uma verba e apresentar uma proposta àquela Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma primeira ronda de intervenções. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** mencionando uma conversa tida com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira em que aquele referira que, em relação ao orçamento da Junta para 2014 ainda não o tinha feito e que ele já estava gasto. Parecia que o seu antecessor o teria gasto muito antes de chegar ao fim do mandato. Era óbvio que se tratava de despesas de funcionamento e, portanto, não tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido acautelado minimamente por parte do seu antecessor, não tendo naturalmente culpa o atual Presidente da Junta, quando estava no cargo há muito pouco tempo. -----

----- Mas tinha que ser dito, que a má gestão do seu antecessor tinha ficado provada, até porque, como tinham referido o Sr. Presidente da Câmara, o valor não era suficiente para fazer face a despesas correntes que estavam em atraso.-----

----- Curiosamente, e situando politicamente a situação, tinha ouvido o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira atual, falar da gestão do seu antecessor muito bem, que tinha chegado ao fim do mandato com, pelo menos, um saldo positivo no cofre. -----

----- Face ao exposto concluiu que a Câmara tinha agido muito bem, mas não podia deixar de referir que a gestão tinha que ser muito criteriosa e, na verdade, situações daquelas não se deveriam repetir. -----

----- Quanto ao subsídio dos Carapelhos, não tinham sido despesas correntes, tinham sido passeios, que estavam lá para se ver. -----

----- No que tocava aos restantes Presidentes das Juntas de Freguesia do Seixo e de Mira, ficavam no direito de reivindicar também, aconselhando-os a que não fizessem má gestão para que chegassem a situações semelhantes. -----

----- Interveio o Dr. **João Luís Pinho (PS)** reportando-se à expressão utilizada pelo Sr. Presidente da Câmara que tinha referido “pagamento a funcionários”, perguntando se não teria que ter cabimento inicial no orçamento. Se tinha sido referido que o valor se destinava ao pagamento de funcionários, questionou se não poderia futuramente haver algum problema com a atribuição daquele subsídio. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Prof. Doutor **Joaquim Sousa Pinto (MAR)** para fazer uma breve análise política da situação, referindo que aquelas eram, por acaso, as únicas duas autarquias que não pertenciam à maioria e, nesse sentido, tinha achado curioso a deferência do Executivo para com as duas Juntas de Freguesia.-----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, esclarecendo que era do conhecimento geral que andava o próprio há muitos anos a pedir à Câmara ajuda para resolver a questão da curva do Corticeiro de Baixo, tão perigosa e que tantos acidentes tinha causado. Era uma curva onde só passava um camião e por outro lado era a ligação à freguesia.-----

----- Até que um dia o Executivo tinha resolvido aceder àquele pedido. Primeiro acederam na questão da curva, para fazer o muro à proprietária do terreno, que ia dar tanto terreno como o que a estrada tinha, e, por isso, a Câmara disponibilizou-se a pagar, sendo a Junta a fazer o serviço.-----

----- Tinham mandado lá os seus técnicos e o valor estimado dos trabalhos ia para 45.000,00€ de material, fora a mão de obra, que a Junta pagaria, em parte.-----

----- Mais acrescentou terem arrecadado algumas verbas com a venda de covatos no Cemitério, o que tinha ajudado a conseguir alguma verba extra.-----

----- Logo que se deu início à obra tinha havido pessoas a pedir para lhes fazerem os passeios, pelo menos em algumas casas, e a Câmara tinha acedido. Mas o dinheiro era sempre curto e o que tinha ficado orçamentado em 45.000,00€ acabou por ser gasto só



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

20.000,00€ Mas o Executivo tinha comprometido a pagar mais 7.000,00€ o que ainda não tinha sido feito. -----

----- O Executivo atual tinha dito que ia dar 2.000,00€ e, segundo o Presidente da Junta, havia três fornecedores à espera de pagamento, por isso tinha a Junta “*tesa que nem um carapau*”, mas as coisas iam sendo orientadas. -----

----- Continuou dizendo que o que interessava é que o dinheiro não era nem para si, nem para funcionários, nem para “*fazer quilómetros*” coisa que nunca tinha apresentado. -----

----- Concluiu agradecendo ao Executivo pela ajuda e desejando que pudesse também ajudar com resto. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários. -----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu ao Dr. João Luís Pinho, esclarecendo que quando se tinha referido a pagamento aos funcionários não era no sentido de ser o próprio a fazer o pagamento. O subsídio que se propunha destinava-se a despesas correntes, sendo aquela a única verba que existia disponível que se enquadrava na situação da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

----- O subsídio que se propunha atribuir à Junta de Freguesia dos Carapelhos destinava-se a cobrir despesas com obras e o outro, para a Junta de Freguesia da Praia de Mira, destinava-se a despesas correntes daquela autarquia, sendo a única verba disponível no orçamento, no valor de 3.700,00€-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O que o Sr. Presidente da Junta lhe tinha transmitido é que era um problema mesmo para pagar aos funcionários, sublinhando que não ia pagar aos funcionários daquela Junta, nem o orçamento da Câmara tinha nenhuma rubrica para pagamento a funcionários. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou a palavra às bancadas para uma nova ronda de intervenções.-----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que ia começar não pelo ponto em discussão, mas dando os parabéns ao Executivo pelas obras que tinha feito no Salão Nobre, que efetivamente era uma boa prática manter o que era público. -----

----- Relativamente à atribuição do subsídio à Junta de Freguesia da Praia de Mira, tinha havido algumas situações que tinham sido ditas que tinha que corrigir. Relativamente ao que o Sr. Pedro Nunes tinha dito, não sabe se tinha existido má ou boa gestão, e não lhe cabia a ele fazer aquela análise. O que sabia é que as despesas que existiam com funcionários e com despesas correntes daquela Junta de Freguesia ultrapassam o valor de FEF que a própria Junta recebia. -----

----- Não sabia se era uma situação que vinha do anterior executivo ou de outros muito mais anteriores. Simplesmente havia obrigações que aquela autarquia tinha assumido ao longo dos anos e que faziam com que as despesas fossem sempre elevadas. -----

----- Mais acrescentou, que, relativamente ao pessoal da Junta de Freguesia da Praia de Mira, estavam a ver a questão sempre na ótica da despesa. No entanto, os funcionários



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquela autarquia faziam trabalho efetivo na freguesia, que muitas vezes era da competência da Câmara Municipal de Mira, ou de outros organismos, e as parcerias entre os vários organismos é que faziam com que uma Freguesia e um Concelho evoluíssem e melhorassem. Por isso, também era um fator positivo para a Câmara Municipal de Mira ter alguns funcionários naquela Junta que fizessem aquele trabalho.--

----- Relativamente à reunião que tinha tido com o Sr. Presidente da Câmara, efetivamente tinha-lhe transmitido as dificuldades que aquela Junta de Freguesia estava a atravessar, a nível económico. -----

----- No entanto, ao contrário do que tinha lido no Jornal Diário de Coimbra, e transmitido ao autor do artigo, aquela autarquia não estava na bancarrota, antes longe disso. Mais acrescentou ter encontrado aquela autarquia sem dívidas. O que era certo é que, com as obrigações que tinha assumido ao longo do ano, poderia estar com dificuldades económicas para fazer face às despesas, até ao final do ano, o que salientou. -----

----- Frisou ainda que as competências da Câmara Municipal de Mira, da Junta de Freguesia da Praia de Mira e dos outros organismos que tinham tutela sobre os vários espaços naquela Freguesia, muitas vezes tinham que ser ultrapassadas e tinha que se trabalhar em parceria. -----

----- Ao longo de cerca de um mês que tinha tomado posse, tinha havido já vários exemplos disso, recordando a prova de remo que tinha decorrido na Barrinha de Mira no fim de semana de 30 de novembro e 01 de dezembro. Tinham sido disponibilizadas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

máquinas, por parte da Câmara Municipal de Mira e da Junta de Freguesia da Praia de Mira, bem como meios humanos, por parte daquela última; a Direção do Clube Náutico tinha também dado um contributo e todos juntos tinham conseguido que, efetivamente se melhorassem as condições para a prática daquele desporto. -----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários, não tendo o mesmo sentido necessidade disso.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou então a palavra às bancadas para a última ronda de intervenções. -----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** para esclarecer que quando tinha referido “má gestão”, não se estava a referir só às verbas do FEF, porque havia protocolo com a Câmara anterior, e naturalmente a atual iria manter, e havia também a gestão do Cemitério. -----

----- Curiosamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos tinha dito que tinham arrecadado algumas verbas com a venda covatos, não esperando que tal acontecesse na Freguesia da Praia de Mira, salientando que a gestão do Cemitério era incumbência daquela autarquia. -----

----- Mas, de facto, tinha referido a má gestão, porque quem sabia que podia contar com um valor do FEF, mais hipoteticamente um valor pela gestão do Cemitério da Freguesia, devia saber até onde poderia ir. Tinha sido naquele sentido a que se tinha referido.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Obviamente que o atual Presidente da Junta, estando em funções há pouco mais de um mês, não tinha responsabilidade naquela situação. -----

----- Mais disse que a Câmara tinha agido bem em acudir, pontualmente, mas que devia ser prudente em situações futuras. -----

----- Interveio o Dr. **Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, começando por dizer que compreendia a análise apresentada na intervenção anterior. No entanto, relativamente ao futuro, e era bom que fosse salientado, toda a gestão daquela Junta poderia competir-lhe a si e seria sua a responsabilidade. Por isso, frisou, não tinha feito aquela análise e não tinha nenhuma entidade naquele momento a fazer uma avaliação naquele aspeto. -----

----- A avaliação seria feita, a seu tempo, e iriam ver para onde é que os recursos tinham sido canalizados e se tinham sido bem ou mal utilizados. -----

----- No futuro teria que existir uma parceria, não só com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, mas com as quatro Juntas e a Câmara Municipal de Mira, de forma a desenvolverem um trabalho profícuo na melhoria das condições de vida no Concelho. ---

----- Relativamente à Praia de Mira, que tinha particularidades muito especiais, teriam que ser analisadas daquela forma, e mesmo a questão da época balnear, que iria ser colocada dentro de poucos meses, teria que ser muito bem analisada. Nesse sentido mostrou-se completamente disponível para trabalhar ao lado do Executivo, em prol da melhoria das condições de vida na Freguesia. O mesmo lhe tinha sido transmitido pelo Sr. Presidente da Câmara, e aquela atribuição de subsídios já seria disso prova. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Salientou ainda que teria que ser feito o orçamento, dentro de pouco tempo, pelo que, nesse contexto, necessitava de obter alguma informação por parte do Executivo.----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse por necessários.-----

----- Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara**, em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia, que, conforme tinha dito, o Executivo estava a elaborar o orçamento e existiam dificuldades que já lhe tinha transmitido, bem como aos restantes Presidentes de Junta, por causa da nova lei das competências das autarquias locais, nomeadamente com as Juntas de Freguesia. Não seriam protocolos, seriam contratos de execução, que ainda nem na Associação Nacional de Municípios sabia muito bem como é que iam funcionar. Mas a cooperação ia existir, certamente, não só no financiamento e na ajuda, no protocolo ou no contrato de execução, mas também através do orçamento.-----

----- Durante a próxima semana, iriam ser contactados todos os Presidentes de Junta para conversarem e agilizarem procedimentos, acrescentar ou mudar qualquer coisa que entendessem que seria melhor para a área da sua freguesia. -----

----- O Executivo iria definir um valor para as Juntas, mas no momento tinham também outra dificuldade, que era relativa às competências que tinham passado para as Juntas, mas que não se sabiam como é que as iriam executar. Obviamente que a colaboração e o trabalho com as Juntas de Freguesia seria total, tendo já recebido, conforme tinha dito,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naquele mês e pouco todos os Presidentes de Junta e voltariam a ser recebido no âmbito do orçamento.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à votação do ponto em discussão, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com 20 votos a favor e 3 abstenções, uma do Eng.º Calisto Coquim do PS, e duas do MAR, do Eng.º Rui Terrível e do Prof. Doutor Joaquim Sousa Pinto.-----

----- Não intervieram na votação os Presidentes das Juntas de Freguesia da Praia de Mira e dos Carapelhos em cumprimento do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 44.º do CPA.-----

----- **Declarações de Voto** -----

----- O Dr. **Tiago Cruz, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, leu o texto seguinte, que se transcreve na íntegra:-----

----- *“Exmo. Sr. Presidente da AM*-----

----- *Exmo. Executivo Municipal*-----

----- *Senhores Deputados,*-----

----- *O meu Voto a favor é antes de tudo uma foto de solidariedade para com os executivos da Junta de Freguesia de Carapelhos e Freguesia da Praia, mas é também um voto de alerta para situação que se vive em ambas as autarquias.*-----

----- *Contudo, Como diz o povo... quem não se sente não é filho de boa gente. A justificação para ambos os pedidos de apoio é originada em opções de gestão dos*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivos das Juntas anteriores, levando as mesmas a assumir compromissos pontuais ou permanentes para os quais as Juntas não têm capacidade de resposta financeira. ----

----- Parece-me enquanto membro desta Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia do Seixo que devem ser tomadas medidas necessárias a corrigir este problema, pois a Freguesia do Seixo também gostava de ter funcionários a trabalhar, que dispensassem o executivo da Junta de todos os sábados do ano ter de pegar no trator, na enxada, na vassoura, no motosserra, no corta relvas e trabalhar nos vários domínios que a população nos solicita muitos dos quais nem fazem parte das competências de uma Junta mas como todos sabem, sempre foi nosso apanágio tentar responder a todos os pedidos que nos são feitos. -----

----- Gostava também de executar várias empreitadas nomeadamente passeios, mas o meu orçamento não permite tal aventura, e para quem tem muito mais experiencia do que eu nestas lides, devia saber que fazer obra sem dinheiro e em tempo de eleições raramente dá certo. -----

----- Uma palavra para o executivo municipal! Os tempos mudaram, pois seria utópico pensar que nos executivos anteriores os primeiros apoios atribuídos a juntas fossem para as juntas que não as da mesma orientação politica. É certamente um exemplo do respeito que agora há por todas as instituições. -----

----- Nós Junta de Freguesia do Seixo cá continuaremos a trabalhar como sempre mesmo sendo a única Junta do Concelho que não recebeu qualquer cêntimo por parte da CMM no corrente ano. Por uma questão de igualdade de tratamento e porque



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também o Seixo tem muitos compromissos com obra feita, esperamos que se faça justiça e na próxima reunião possamos aprovar aqui um apoio financeiro à Junta de Freguesia do Seixo. -----

Disse -----

Tiago Castro da Cruz-----

Presidente da Junta de Freguesia do Seixo”-----

----- O Prof. **Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, leu o texto seguinte, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente por solidariedade com os dois colegas, Presidentes de Junta de Freguesia. O futuro é incerto e podemos a qualquer momento vermo-nos envolvidos numa situação semelhante. No entanto, devo manifestar a minha opinião pessoal sobre estes casos concretos que hoje aqui debatemos. -----

----- No momento em que o país atravessa uma grave crise generalizada e na atual conjuntura socioeconómica, não podemos esperar que os órgãos autárquicos venham a ser dotados de grandes apoios financeiros. É portanto imprescindível que as verbas existentes sejam aplicadas com rigorosos critérios de seleção. -----

----- Relativamente à Junta de Freguesia de Carapelhos, sendo a de menor dimensão do nosso Concelho, é consequentemente a que recebe a menor quantia prevista no Orçamento de Estado. É natural que necessite de apoio financeiro por parte do município; porém, não pode permitir-se querer executar obras que ultrapassem muito os seus recursos próprios, baseando-se em pressupostas ajudas que podem ou não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acontecer. O currículo invejável e os largos anos de experiência do Sr. Presidente – Gabriel Pinho – deveriam precavê-lo para este tipo de situações. -----

----- Quanto à Junta de Freguesia da Praia de Mira, trata-se de uma herança indesejável, provavelmente fruto de um Plano Orçamental mal elaborado ou resultado de uma deficiente gestão financeira. Esperemos que estes sinais mostrem a realidade ao Sr. Presidente – Francisco Reigota – e que em conjunto com o executivo, encontrem solução para este problema, evitando situações semelhantes no futuro. -----

----- Por último, quero ainda referir que as Juntas de Freguesia de Mira e do Seixo, não podem ser penalizadas por não se enquadrarem nas mesmas situações das outras duas. Espero que o executivo municipal as saiba compensar igualitariamente e nos compense assim que for possível.” -----

*----- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, dizendo aos seus colegas Presidentes de Junta do Seixo e de Mira, que ao contrário do que tinham dito, com os seus anos de experiência nunca tinha sido seu lema nem nunca tinha empenhado a Junta, mas também nunca a tinha “desempenhada”, nunca a tinha tido com dinheiro, mas nunca tinha tido a sorte de lhe deixarem muito dinheiro para gastar. Nunca tinha tido um ano em que deixasse a Junta empenhada, tal como no presente, não o tinha feito levianamente. Tinha-o feito com o apoio e a autorização do anterior Executivo. Simplesmente fora-lhe dito que era para fazer um protocolo, o qual tinha estado, até ao presente dia, para ser assinado. -----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mais disse que o referido protocolo deveria ter sido no valor dos inicialmente previstos 45.000,00€, se não fosse uma pessoa cautelosa, teria feito tudo, gasto o valor referido e deixado aquela autarquia empenhada no montante global previsto. Mas como gostava muito de ser cauteloso, tinha feito as obras com prudência, porque se o dinheiro não viesse era preferível agir daquele modo. Caso contrário não estaria empenhado em 7.000,00€, mas em pelo menos 30.000,00€ -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo cerca de vinte horas e quinze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Mário Ribeiro Maduro, *Dr.*)

O 1.º Secretário,

(Nelson Miranda Cadete, *Prof.*)

A 2.ª Secretária,

(Regina Maria Duarte Serrano, *Eng.ª*)